



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

169

Embargos de Declaração nº 105627-3/02

Comarca: Recife

Embargante: Estado de Pernambuco

Embargado: Espólio de Maria Amélia Brandão Marques Vieira

Relator: José Ivo de Paula Guimarães

5526
↑
EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM RECURSO DE AGRAVO. AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO DISPOSTAS NO ART. 535 DO CPC. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DISCUTIDA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS. PREQUESTIONAMENTO SÚMULAS 282, 356 DO STF. DECISÃO UNÂNIME.

1 - Os embargos de declaração constituem recurso de extremados requisitos objetivos, conforme normatização imersa no artigo 535 do Código de Processo Civil, exigindo-se, para seu acolhimento, que estejam presentes os pressupostos legais de cabimento.

2 - Não vislumbrando as hipóteses previstas em lei, não há como prosperar o inconformismo do embargante.

3 - São incabíveis os embargos de declaração onde se pretende rediscutir matéria já decidida e devidamente enfrentada.

4 - Não merece respaldo a alegação de que o acórdão vergastado não tratou sobre a imposição da multa arbitrada pelo juízo a quo. O *decisum* colegiado deixou claro que todos os valores devidos serão apurados na fase da liquidação. Vê-se que o embargante quer rediscutir, nesta sede, as questões já decididas. Em se tratando da questão levantada, somente no presente recurso, acerca da



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

prescrição de todas as verbas, esta também deverá ser tratada na fase liquidatória.

5 - Aclaratórios conhecidos somente para efeito do prequestionamento da matéria versada.

6 - Embargos de Declaração NÃO PROVIDOS.

7 - Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração nº 105627-3-/02, sendo embargante o Estado de Pernambuco e embargado o espólio de Maria Amélia Brandão Marques Vieira.

Acordam os Desembargadores que integram a Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em conhecer dos aclaratórios tão somente para fins do prequestionamento da matéria veiculada e, no mais, negar-lhes provimento. Tudo em conformidade com o relatório e o voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 04/02/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº 105627-3/02

Comarca: Recife

Embargante: Estado de Pernambuco

Embargado: Espólio de Maria Amélia Brandão Marques Vieira

Relator: José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Cuidam-se de Embargos de Declaração interposto em face de acórdão proferido nos autos do Recurso de Agravo, em apenso, que negando o pedido de reconsideração manteve, em todos os seus termos, a decisão interlocutória exarada por esta relatoria, na Apelação Cível, também anexa.

Em suas razões, de fls. 02/03, aduz o embargante, que o propósito da interposição do presente recurso reside na satisfação das exigências do prequestionamento, disposto nas Súmulas 282 e 356 do STF e 98 do STJ, necessário ao manejo dos recursos nobres, na impugnação da imposição de multa aplicada pelo juízo *a quo* e no pronunciamento acerca da prescrição de todas as verbas discutidas (pedido, este, trazido apenas nestes aclaratórios).

Requer, ao final, que sejam conhecidos e providos os presentes embargos.

É o relatório.

Recife 04/02/2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator

09 - ED nº 105627-3/02

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.



13
172

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº 105627-3/02

Comarca: Recife

Embargante: Estado de Pernambuco

Embargado: Espólio de Maria Amélia Brandão Marques Vieira

Relator: José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

Tratam-se de Embargos de Declaração interpostos em face de acórdão proferido nos autos do Recurso de Agravo, em apenso, que negando o pedido de reconsideração manteve, em todos os seus termos, a decisão terminativa exarada por esta relatoria, na Apelação Cível, também anexa.

Em que pesem os argumentos expostos, verifico que não assiste razão ao embargante.

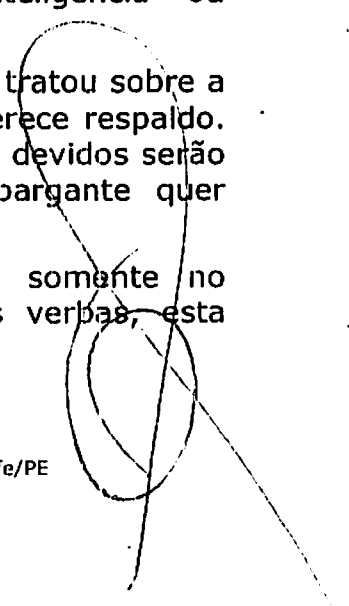
É sabido que os Embargos de Declaração são cabíveis quando houver na decisão embargada, obscuridade, contradição ou for omitido ponto sobre o qual o juiz ou tribunal devia pronunciar-se (Incisos I e II, do art. 535, do CPC), e, em face de construção jurisprudencial, admissível em decisão em sentido amplo. Em regra, não possuem os Embargos de Declaração, caráter substitutivo ou modificativo do julgado embargado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor. Assim, visa-se com tal instrumento recursal, buscar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

A alegação de que o acórdão recorrido não tratou sobre a imposição da multa arbitrada pelo juízo *a quo* não merece respaldo. O *decisum* colegiado deixou claro que todos os valores devidos serão apurados na fase da liquidação. Vê-se que o embargante quer rediscutir, nesta sede, as questões já decididas.

Em se tratando da questão levantada, somente no presente recurso, acerca da prescrição de todas as verbas, esta também deverá ser tratada na fase liquidatória.

09 - ED nº 105627-3/02

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.





Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

No presente caso, não vislumbro qualquer violação legal a macular o acórdão embargado, devendo, portanto, manter-se íntegro pelos seus próprios fundamentos.

Segundo a norma vigente, não cabem embargos de declaração para a rediscussão de matéria já julgada. O manejo de tal recurso exige o cumprimento dos pressupostos legais de seu acolhimento, o que não ocorre no caso em tela.

No mesmo sentido, esta Corte de justiça já decidiu:

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AUSÊNCIA DE OMISSÃO - INTELIGÊNCIA DO ART. 535 DO CPC -- REDISCUSSÃO DA MATÉRIA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

Conforme previsão do art. 535 do CPC, os embargos de declaração têm como objetivo sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão no acórdão recorrido. Não há omissão quando o órgão julgador pronuncia-se de forma clara sobre a questão posta nos autos.

Incabíveis embargos de declaração que, na verdade, pretende rediscutir matéria já agitada e devidamente enfrentada.

À unanimidade, foram conhecidos e rejeitados os embargos de declaração.

ACÓRDÃO - ACORDAM os Desembargadores que compõem a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em rejeitar, por unanimidade, os presentes embargos, tudo de conformidade com as notas taquigráficas e demais peças processuais que fazem parte deste julgado. Recife, 03 de dezembro de 2008. - Des. Leopoldo de Arruda Raposo - Relator - **ED 136053-6/01**. (GN)

Neste diapasão, colaciono precedente jurisprudencial do STJ, conforme arestos transcritos abaixo:

EDcl no Ag Rg no Resp 1070729/SP

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2008/0142195-2

Relator(a) Ministro FRANCISCO FALCÃO (1116) Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA Data do Julgamento 16/12/2008 Data da Publicação/Fonte DJe 19/12/2008

Ementa

DESAPROPRIAÇÃO. DOIS RECURSOS ESPECIAIS. PROVIMENTO DO RECURSO FAZENDÁRIO. REJULGAMENTO DOS DECLARATÓRIOS PELA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. NECESSIDADE DE NOVA INTERPOSIÇÃO DE RESP OU RATIFICAÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRESSUPOSTOS INEXISTENTES.

I - Rejulgados pela instância ordinária os embargos declaratórios opostos pela parte contrária, por força de decisão proferida por esta

09 - ED nº 105627-3/02

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.



15
174

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

eg. Corte de Justiça, caberia à parte ora embargante, ou a interposição de novo recurso especial ou, ao menos, sua ratificação em tempo hábil, ou seja, antes do trânsito em julgado daquela decisão.

II - Os embargos de declaração constituem recurso de rígidos contornos processuais, consoante disciplinamento inserto no artigo 535 do CPC, exigindo-se, para seu acolhimento, estejam presentes os pressupostos legais de cabimento, o que não se verifica na hipótese. **Pretensão de simples rediscussão da controvérsia contida nos autos não dá margem à oposição de declaratórios.**

III - Embargos de declaração rejeitados.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça: A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Luiz Fux, Teori Albino Zavascki, Denise Arruda (Presidenta) e Benedito Gonçalves votaram com o Sr. Ministro Relator. (Grifos nossos)

Em face do exposto, conheço dos presentes aclaratórios tão somente para fins do prequestionamento da matéria versada, no mais nego-lhes provimento.

É como voto.

Recife, 04/10/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator